

A GUERRA DO PARAGUAI NA CONSTRUÇÃO NACIONAL DO IMPÉRIO

WAR OF PARAGUAY IN THE NATIONAL CONSTRUCTION OF THE EMPIRE

GUERRA DE PARAGUAY EN LA CONSTRUCCIÓN NACIONAL DEL IMPERIO

Monique Hellen Santos Reis Cerqueira*

Resumo: O artigo tem como proposta discutir o papel da Guerra do Paraguai na produção de uma cultura nacional durante o Império. Para isso, foram forjadas estratégias políticas que impulsionassem o sentimento de pertencimento surgido durante o conflito através da manipulação do imaginário coletivo. Dessa forma, os discursos produzidos pelos intelectuais possuíam a função ideológica de transpor as aspirações dominantes reforçando o poder simbólico exercido pelo Estado Imperial na construção nacional, na tentativa de unificar os indivíduos como pertencentes à mesma identidade cultural. Assim, foram analisadas algumas fontes periódicas que permitiram observar o arranjo político-ideológico utilizado durante e após a Guerra do Paraguai como instrumento de poder e representação de uma memória política uniformizadora.

Palavras – chave: Guerra do Paraguai. Identidade. Construção Nacional

Abstract: The article aims to discuss the role of the Paraguayan War in the production of a national culture during the Empire. For this, political strategies were forged to boost the feeling of belonging arising during the conflict through the manipulation of the collective imagination. In this way, the speeches produced by intellectuals had the ideological function of overcoming the dominant aspirations, reinforcing the symbolic power exercised by the Imperial State in national construction, in an attempt to unify individuals as belonging to the same cultural identity. Thus, some periodic sources were analyzed that allowed observing the political-ideological arrangement used during and after the Paraguayan War as an instrument of power and representation of a unifying political memory.

Keywords: War of Paraguay. Identity. National Construction

Resumen: El artículo tiene como objetivo discutir el papel de la guerra paraguaya en la producción de una cultura nacional durante el Imperio. Para esto, se forjaron estrategias políticas para aumentar el sentimiento de pertenencia que surge durante el conflicto a

través de la manipulación de la imaginación colectiva. De esta manera, los discursos producidos por los intelectuales tenían la función ideológica de superar las aspiraciones dominantes, reforzando el poder simbólico ejercido por el Estado Imperial en la construcción nacional, en un intento de unificar a los individuos como pertenecientes a la misma identidad cultural. Así, se analizaron algunas fuentes periódicas que permitieron observar la disposición político-ideológica utilizada durante y después de la Guerra paraguaya como instrumento de poder y representación de una memoria política unificadora.

Palabras clave: Guerra de Paraguay. Identidad. Construcción nacional

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, comumente chamada de Guerra do Paraguai, conduziu um novo panorama de guerra no século XIX que atraiu a atenção dos demais países do globo devido ao caráter sanguinário. De acordo com Bethell, “foi a mais sangrenta da história da América Latina, e na verdade, afora a Guerra da Crimeia (1854 – 1856), foi a mais sangrenta de todo o mundo entre o fim das Guerras Napoleônicas em 1815 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914” (2012, p.131-178). As causas elencadas para o conflito foram as disputas regionais pelo domínio do Prata.

A livre navegação nos rios seria um dos problemas enfrentados pelos países do Prata desde o período colonial, aliado à necessidade de delimitar territórios e se imporem como Estados – Nação independentes na busca de sua consolidação. Por isso, era primordial resolver esses atritos que desestabilizavam a política interna na bacia. Contudo, a tensão acabou eclodindo na guerra, a qual foi grande aliada no processo de construção das identidades regionais desses países.

No Império brasileiro, a Guerra do Paraguai vai desencadear uma primeira identificação com o nacional, visto que, até eclodir o conflito, o único sentimento partilhado pelo povo era a aversão ao português e o pertencimento local. A mobilização impulsionada pela invasão do Paraguai ao Mato Grosso em 26 de dezembro de 1864 uniu as várias províncias de realidade tão distintas para defender a honra nacional.

Dessa forma, esse despertar para uma causa nacional proporcionou ao Império lançar estratégias políticas que ajudassem a forjar e consolidar uma identidade nacional, promovendo estabilidade e legitimação à monarquia, atrelada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1803), que durante essa época ficou encarregado de criar uma cultura nacional, como também aos discursos ideológicos produzidos pelos intelectuais nos periódicos.

NACIONALISMO: A EXISTÊNCIA DE UMA NAÇÃO

O nacionalismo desponta fortemente como ideologia no século XIX a partir dos vários movimentos que estouraram na Europa, ganhando uma roupagem significativa na América Latina como instrumento político capaz de englobar as diferenças partilhadas pelos grupos culturais na construção simbólica e imaginada de uma nação. Para Elsenberg,

O nacionalismo, dessa forma, faz referência à lealdade dos membros de um povo, à cultura e às tradições de uma nação, e no contexto moderno, de sua introdução no discurso político do século XIX, remetia também à ideia de autodeterminação dos povos na formação de Estados-Nação, e de que os territórios ocupados por uma determinada nação não fossem cortados por unidades político-territoriais. (ELSENBERG, 2003, p. 31)

A posição desempenhada por um espaço territorial definido constitui um dos pilares na construção do nacionalismo, pois propõe o controle do estado em um espaço físico atribuindo os sentidos imaginários. De acordo com Quijada (2000), desde a perspectiva construtivista vinculada ao conceito cívico de nação, o território é utilizado pelos políticos nacionalistas como um elemento ideológico e cultural. Na sua análise ela ressalta que, na Argentina, foi o elo integrador que proporcionou uma unidade e pertença.

Assim, os Estados nacionais construíram estratégias para difundir uma cultura nacional que costurassem essas idealizações através de um discurso de símbolos e

representações, dando sentido à Nação que emergia. Dessa forma, os intelectuais estavam a serviço desse estado manipulando discursos que propagassem verdadeiramente sentimentos de pertença, exercendo seu poder ideológico como um instrumento legitimador.

Essas discussões propostas para a construção de um espaço cultural homogêneo, ocorreram de forma semelhante na região platina e no Império brasileiro, embora os principais autores da historiografia nacional latina descrevam que houve uma falta de consenso por alguns grupos na preexistência de uma nacionalidade anterior aos processos de independência dos países platinos, aos que defendiam seu surgimento posteriormente, como François Xavier Guerra (1942-2002) e Chiaramonte (1931-presente). Portanto, os principais autores da discussão querem salientar que: apesar do aparecimento de uma nação na região platina, não aflorou da mesma forma e, simultaneamente, o sentimento de nacionalidade.

Os atributos básicos para integração de uma nação que abrange diversas pluralidades, além do Estado como uma autoridade política, necessita também que se compartilhe uma narrativa com eventos passados, mitos, símbolos e monumentos que torne real essa representação. Anthony Smith esclarece que,

De muitas formas, os símbolos, costumes e cerimônias nacionais são aspectos mais potentes e duradouros do nacionalismo. Eles incorporam seus conceitos básicos, tornando-os visíveis e distintos para cada membro, comunicando os princípios de uma ideologia abstrata de forma concreta e palpável, termos que evocam respostas emocionais instantâneas de todos os estratos da comunidade. (SMITH, 1991, p. 77)

O que os intelectuais do século XIX da América platina propuseram consistia em alinhar a ideia de nação incipiente pós independência, reafirmação territorial, no caso Argentino¹, as comemorações do centenário da independência e os jornais como o *Ilustración Uruguaya* (1883), no Uruguai, a um lugar de memória coletiva impulsionador de uma identidade. Para o Paraguai e o Brasil, o divisor de águas foi a Guerra do Paraguai, portadora de condições de um discurso simbólico usado pelo poder para a mobilização de sentimentos de vínculos coletivos, através dos periódicos e da

¹ Com a morte de Mitre e a diminuição do caudilhismo por volta de 1876, a Argentina vai conseguir estabelecer o poder central e a organização nacional. (BETHELL, 1991, p. 298).

escrita historiográfica. Posto que, de acordo com Cal, “o papel fundamental representado por a guerra como fator contribuinte da formação e consolidação das identidades e comunidades étnicas e das nações” (2001, p. 261).

Portanto, para que as nações despoitem, as instituições transformam-na em um artefato cultural para que o discurso provoque o reconhecimento e a identificação numa tentativa de combinar uma unidade política com a cultural. Assim, os intelectuais a serviço do poder, sendo a maioria envoltos nele, proporcionam a linguagem e o simbolismo necessário para uniformizar o nacionalismo na consciência dos indivíduos como algo sagrado, além do que essa memória consiga perpassar o tempo. De acordo com Smith, “há uma massa de evidências para o papel primordial dos intelectuais, tanto em gerar nacionalismo cultural quanto em fornecer a ideologia, senão a liderança inicial, do nacionalismo político” (1991, p. 94).

A CULTURA NACIONAL NO IMPÉRIO: O IHGB

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, nasce com a função de, através de uma escrita da história nacional, forjar discursos legitimadores que imbuíssem no imaginário coletivo a ideia de nação. Permitindo assim, com suas pesquisas, discussões sobre a construção de uma ideologia necessária para evidenciar nas massas uma cultura nacional.

O mito da Ilha Brasil, era apontado como o marco do início do nacionalismo em quase todos os manuais históricos, elencando que havia um Brasil anterior à emancipação política. O território delimitado foi usado junto com as narrativas como um aparato ideológico de legitimação nacional. Ademais,

O mito da Ilha-Brasil reflete o sentido de destino nacional construído a partir da independência. Ele ancora o Estado brasileiro nos desígnios da natureza, sacraliza o território, delimita os seus contornos e define uma base de princípios para a política externa no âmbito sul-americano. (MAGNOLI, 1997, p. 115).

Nessa perspectiva a historiografia construída no IHGB, principalmente durante o governo imperial de D. Pedro II como principal incentivador, vai ter como base essa legitimação da Nação através da circulação de sua revista e dos debates acadêmicos, forjar esse imaginário de nacionalidade, visto que vivíamos em meio a repúblicas e se precisava manter as províncias unidas consolidando o Estado Nacional em formação.

Os intelectuais envolvidos nas discussões sobre o projeto de nação do Instituto, como o primeiro secretário Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), desde o início propuseram que as narrativas sobre a história que seria escrita precisariam expressar um fervor patriótico e afirmar o Estado Monárquico. Caracterizando assim, uma historiografia brasileira, escrita pelo e para o povo brasileiro, legitimando a relação de poder do Estado centralizador ao mesmo tempo que criava nos indivíduos uma memória integrante capaz de se reconhecerem nessa construção. Sendo assim, as narrativas nacionalistas são responsáveis por despontar uma identidade.

Destarte, a política de consolidação nacional durante o reinado de D. Pedro II se apropriou do sentimento de pertencimento surgindo durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), como uma estratégia política a partir dos discursos dos intelectuais para tentar manter a concordância e a estabilidade monárquica. Dessa maneira, arranjos simbólicos foram forjados como instrumentos de manipulação a partir da memória da guerra, conferindo força política aos discursos identitários. Segundo Antônio, “a análise da cultura política permite a compreensão dos significados dos projetos e ações políticas dos homens no momento de sua história” (2014, p. 112).

Observando as análises comparativas, através do estudo feito por Guimarães a partir da “tabela sobre as publicações da revista do IHGB durante os anos de 1838-1889” (1995, p. 459-613), foi constatado que, na época da Guerra do Paraguai, houve um aumento nas publicações com temas relacionados às memórias históricas. De acordo com as análises, era o segundo tema mais publicado na revista durante o período pós guerra, comprovando que a política de consolidação nacional fez uso das memórias de ex - combatentes como estratégia para incentivar a construção de uma identidade nacional atrelada a publicações de caráter nacionalista, proporcionando assim uma cultura nacional. Adam Smith afirma que,

A volta frequente ao passado serve para legitimar a nova concepção de identidade. Pois à medida que se retorna aos acontecimentos evocados, proporcionam um fortalecimento no presente. (...) As identidades nacionais oferecem tanto a condição de membro do Estado – nação político, quanto uma identificação com a cultura nacional. (SMITH, 1991, p. 58).

Portanto, os arranjos políticos do Império incidiram nessa tentativa de homogeneização cultural usando como pano de fundo a Guerra do Paraguai. O que também acarretava uma ambiguidade étnica, pois a base de sustentação do governo imperial era a escravidão, e forjar uma nação incluía todos os indivíduos numa condição de cidadãos políticos. Dessa maneira, reproduzir uma grande família nacional representaria rupturas no elo de interesses dos latifundiários. O que gerava uma identidade patriótica fragmentada, pois o pensamento da elite pregava um “escravismo de circunstância em nome da ordem”, como ressalta Ângela Alonso:

Somente insensatos, julgava, se insurgiriam contra a ordem natural das coisas que não vigeria por vontade de uns, e sim por necessidade de todos. Sem escravidão não haveria café ou finanças, aristocratas ou monarquia, nem ordem e nem paz. (ALONSO, 2015, p. 53).

Por essa razão, a implantação de uma cultura nacional duelava com a estrutura hegemônica vigente principalmente depois do conflito, haja vista o imperador D. Pedro II ter concedido liberdade aos escravos que foram à guerra e prometido resolver a questão sobre o fim da escravidão. Além de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco, responsável pela organização do governo provisório no Paraguai ao fim da guerra, aboliu a escravidão naquele lugar, juntamente com o conde D’Eu e frisar no conselho de Estado do Império em 1870, como ressalta Alonso: “No estado em que se acha a questão, ela deve ser resolvida” (2015, p. 54).

Desse modo, as propostas do IHGB contribuíram para impulsionar a cultura nacional oitocentista no Império, que partiria não só dos intelectuais que frequentavam a academia, mas agora também de uma rede de sociabilidade formada pelos jornais. Muitos deles, pertencentes ao governo monárquico, auxiliaram na ideologia de Estado ao manipular símbolos e representações em torno da Guerra do Paraguai. Conforme Araújo, “a nação é definida por ações de “compartilhamento de uma cultura”,

constituídos por um conjunto de ideias, signos, formas de associação, comportamentos e estratégias de comunicação.” (2012, p. 108).

A GUERRA DO PARAGUAI NA CONSTRUÇÃO NACIONAL

Os textos periódicos permitem análises das relações de poder de um grupo sobre o outro, recriando ideologias através de um discurso manipulativo. Doravante, o jornal no Brasil do século XIX, é usado como instrumento de poder político e interesse social, em dados momentos mostra relações conflitantes com o poder vigente, para logo conquistar o leitor com narrativas apelativas, visando através da emoção, o convencimento do regime. Ademais, o periódico como fonte histórica, nos permite compreender as representações forjadas por determinadas elites culturais, utilizando os intelectuais na construção dessas estratégias simbólicas.

Analisando as fontes periódicas do período da guerra e após, podemos observar o confronto entre as elites culturais através de um discurso ideológico se apropriando do conflito para reforçar o poder simbólico da monarquia. Esses intelectuais exerceram o papel de intensificar o sentido da guerra como um artefato capaz de integrar os indivíduos, emergindo sentimentos, ideias e imaginários no inconsciente coletivo. Podemos observar claramente essa passagem no Jornal do Comércio de 20 de março de 1870 ao ser elucidado que: “talvez país algum do mundo tivesse dado um exemplo tão brilhante de seu patriotismo, de seu entusiasmo pelas glórias nacionais, como acabava de dar o povo do Império.” O próprio monarca brasileiro, D. Pedro II, tinha uma coluna nesse jornal e o ministro José Maria Paranhos fazia editoração.

O mesmo jornal do Comércio na edição número 10 do dia 10 de janeiro de 1870, já construía uma narrativa do conflito de uma forma mítica para Brasil e que se este aconteceu foi devido aos impulsos do líder paraguaio, além de ressaltar os sentimentos de patriotismo que não faltaram nas tropas brasileiras.

Como podemos observar na transcrição abaixo:

E um homem, um homem só foi autor desta completa transformação. A luz se faz, a história começa a falhar, a pronunciar sua severa, mais justa sentença, e, em honra do Brasil, não lhe cabe a menor responsabilidade (...).

(...) ao escrevermos a nossa revista o ano passado anunciamos os hinos de alegria que o Brasil entoava pela glória alcançada e mais ainda pela aurora de paz, saudada com alvoroço de prosperidade infalível.

(...).

Exemplos também de dedicação não lhes faltavam para robustecer o sentimento de patriotismo que os dominava. (...).²

À vista disso, o jornal exprime claramente a ausência de culpa do Brasil no conflito, levando as pessoas a acreditarem que se havia uma guerra, nós estávamos presentes como forma de defender a honra nacional. Essa afirmação rebate as críticas que, na época, eram apontadas pelos jornais argentinos culpando o Brasil pelo início do conflito. Ao decorrer da passagem, o periódico apela com a narrativa o patriotismo ao detalhar a bravura de Osório que, mesmo com um ferimento no olho, conduziu a tropa, causando mais entusiasmo e isso era prenúncio da nossa vitória; pois são esses gestos de confiança dos chefes que levam ao triunfo. As notícias do fim da guerra acabavam causando ânimos na população pela paz que se chegava ao horizonte.

São esses discursos manipulativos costurados nos jornais que, ao serem recebidos pela população, criavam uma representação da guerra envolvendo os indivíduos numa identidade nacional compartilhada; são os apelos emocionais responsáveis por grande parte do convencimento de uma ideologia. De acordo com Capelato (1988), a imprensa se impõe como uma força política. Os governos e os poderosos sempre utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.

Mais uma vez o jornal do Comércio na edição de 80, na sessão correspondências exalta a importância da Guerra do Paraguai para a nação ao despertar o patriotismo.

Descrito assim:

O Brasil achava-se completamente vingado, e deu ao mundo prova de inextinguível constância no empenho de obter desgravo. Nesta luta de 5 anos diversas peripécias concorrerão capazes de abalar esta constância; o

² Jornal do Comércio, 10 de mar. De 1870. BN/RJ.

Imperador, porém, tinha fé no pundonor nacional, e este inspirou os mais belos rasgos de patriotismo. (...) ³

A notícia chega algumas semanas do fim do conflito procurando assegurar a memória da guerra na população, ao lembrar que a mesma serviu para manter a união do país e que não faltou motivos para que as províncias se rebelassem pela situação de demora pelo término. E graças ao empenho do imperador em confiar na integridade nacional, lutávamos como mais amor a pátria. Não podemos esquecer que D. Pedro II se fez presente nos campos de batalha em Uruguaiana no ano de 1865, o que acarretou entusiasmo tanto nos soldados quanto na população pela demonstração patriótica, chegando a ser chamado de “Voluntário número um”; essa estratégia do imperador serviu para encorajar o alistamento e ocasionar popularidade a guerra.

O periódico *Jornal Diário de São Paulo* do ano de 1865, descreve a importância do alistamento estimulando o patriotismo nos indivíduos e acaba legitimando também o sistema monárquico como governo.

Consideremos a passagem abaixo:

(...) Cremos que os paulistas não são menos patriotas que os rio-grandenses, que todos já pegaram em armas em defesa de seus lares e da honra nacional: mas é preciso que o governo não deixe perigar os ócios de Capua, perto de suas famílias o nobre impulso que leva as fileiras os voluntários, nem que adiante deles lhes mostre a perspectiva desolante do sertão.

Mostre-lhes o inimigo, e não ficará nenhum dos que podem carregar uma espingarda.

(...) O brasileiro tem sobre o Guarany a superioridade das instituições livres e de sua raça. Falta-lhe a igualdade de número e disciplina. (...).

Mas o Guarany não será bom soldado, porque combate, não pela pátria; mas para um senhor; (...) ⁴

Percebemos que o jornal compara a espontaneidade patriótica dos gaúchos logo no início da invasão paraguaia no território brasileiro, estes logo se armaram para a guerra, ao contrário dos paulistas que estavam demorando a se alistarem. Porém não significa dizer que eles são menos patriotas, por isso o periódico apela ao alistamento

³ *Jornal do Comércio*, 22 de mar. de 1870. BN/RJ

⁴ *Jornal Diário de São Paulo*, 8 ago. 1865. BN/RJ.

usando o sentimento de identificação nacional dos gaúchos. Para que dessa forma houvesse um maior contingente de voluntários, visto que depois de um ano de guerra, o povo ficou desanimado pela demora do conflito; o governo necessitava forjar mecanismos que motivassem os indivíduos, sendo esse o papel do periódico, criar uma representação simbólica daquele evento. Assim, não sobraria um inimigo depois que o sentimento patriótico se espalhasse.

Em vista disso, a publicação reforça que o governo imperial mesmo sendo uma monarquia não privava o povo de suas liberdades, pois ao contrário do Paraguai que era República, governada por um presidente ditador que se devia obediência cega. O que por consequência fazia do soldado paraguaio, como ressalta o jornal, não ser um bom oficial, pois lutava pelo seu governante e não pela pátria. Essa era a diferença entre o soldado brasileiro, que estava indo para a guerra por se identificar com a causa nacional.

A grande parte dos jornais dos anos de 1864 a 1872 se declarava monarquista, os embates aconteciam em torno de manter os privilégios dos grupos políticos ligados a monarquia (conservadores e liberais), ao que Carvalho, destaca ser “a participação política o problema fundamental da época” (2019, p. 201-226). E a Guerra do Paraguai foi usada nesse contexto ao mesmo tempo como legitimadora da nacionalidade atrelada ao Império, como também um meio apelativo para atacar o sistema monárquico (por preferir uns em favor de outros). Mas não como algo que seria sinônimo de atraso, pois muitos jornais afirmavam que só a monarquia manteria a estabilidade e levaria ao progresso.

Vejamos um trecho do jornal Diário do Povo:

(...) falamos em nome do povo, é nossa causa a causa da nação; por isso nos chamamos – Diário do Povo.

Queremos antes de tudo a monarquia, que é o penhor mais seguro da estabilidade de nossas instituições: queremos a ordem, que é a base mais sólida da sociedade; queremos o progresso, que é a condição vital dos povos modernos.⁵

Observamos claramente o caráter legítimo dado a monarquia pelo jornal. Apesar do grupo dos conservadores ser formado por muitos burocratas e alguns

⁵ Diário do Povo, 2 de jul. de 1867. BN/RJ.

proprietários rurais mais antigos, defensores da centralização, no entanto essa política administrativa só era favorável quando pudesse manter assegurado seus interesses. Já os liberais, contavam com os novos latifundiários sulistas das zonas cafeeiras, que não tinham interesse na centralização e queriam reforçar o poder provincial. No entanto, nesse primeiro momento, não eram contra a monarquia.

Outros periódicos, no entanto, atacam o Império mostrando que a Guerra do Paraguai foi usada como instrumento político para manter as relações de poder e autoridade do monarca.

Com o trecho abaixo publicado pelo Diário de Notícias:

(...) Está hoje infelizmente mais que averiguado e patente que quando ele mandou seus janirazos da imprensa embocar em tuba guerreira não tinha em mente a defesa da honra nacional, só tratava de argumentar e aperfeiçoar os recursos da funesta ditadura com que nos está esmagando e arruinando. (...).⁶

Dessa maneira, o jornal de forma apelativa constrói a narrativa com a finalidade de causar impacto nos leitores ao argumentar que o governo monárquico se aproveitou do ensejo da guerra, para, estrategicamente, usar os intelectuais dos jornais a seu serviço ao manipular os discursos patrióticos, com a justificativa de defesa da honra nacional. Segundo o periódico, prova do regime ditatorial que era a monarquia, pois o imperador articulava a imprensa controlando a liberdade de expressão para forjar uma ideologia nacionalista. Nas passagens subsequentes do mesmo periódico, pode-se encontrar trechos que reforçam o discurso de apelar constantemente ao “fantasma da guerra” como legitimadora das ações políticas na época durante e após o conflito.

Por esse motivo, percebemos que os jornais foram responsáveis pelo empenho de difundir a ideologia nacionalista do Estado Nação no Brasil Imperial, tentando a todo momento criar uma representação em voltada da Guerra do Paraguai e da identidade aflorada, desfrutando desse evento para legitimar o nacionalismo ligado à ideia da monarquia. Assumindo, dessa forma, o Estado como autoridade política e cultural. De acordo com Modesto Guilherme, “é a atividade de instituições e atores políticos que cria as condições para sua emergência (movimentos nacionalistas). Ademais, no plano

⁶ Jornal Diário de Notícias, 2 de jul. 1872. BN/RJ.

ideológico, também as condições culturais e/ou ideológicas que permitiriam a configuração de uma ideologia nacionalista.” (1993, p. 267).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o primeiro evento que aflorou uma identificação nacional no povo brasileiro, motivada pelas disputas fronteiriças e a hegemonia na região do Prata. Por consequência ajudou o Império a forjar um discurso de uma cultura nacional atrelada ao conflito na tentativa de legitimar o Estado – Nação.

Dessa maneira, o conflito propiciou que o governo imperial testasse as narrativas que vinham sendo discutidas pelos intelectuais do IHGB na implantação da nacionalidade, sendo a identificação do território com uma narrativa histórica como também um acontecimento dramático que despertasse nos indivíduos aquela identidade coletiva e cultural construindo lugares de memória.

O nacionalismo apropriado como um discurso ideológico, auxilia na construção de uma homogeneização defendida por um poder político. Tendo a identidade nacional o elo que impulsiona a unidade desses indivíduos transversalmente com símbolos e representações, projetando assim os anseios dos detentores do poder através dessa manipulação de uma comunidade política. O que foi uma característica marcante em todos os Estados Nacionais da América platina do século XIX, forjar uma doutrina cultura para se legitimar.

No Segundo Império brasileiro, essa cultura nacional sofreu influência também dos intelectuais a serviço dos periódicos, que utilizaram da Guerra do Paraguai ora para fortalecer a ideologia política nacional, ora para tentar desestabilizar o sistema monárquico. Podemos perceber, com as análises dos jornais, o ardor dos discursos carregados de patriotismo na medida que buscavam inserir a população nesse universo simbólico de referência. Para Smith, “a missão dos intelectuais é reproduzir representações escritas que serão capazes de instituir, despertar ou resgatar a identidade nacional” (1991, p. 21).

Por fim, concluímos que a legitimação do Estado nacional através da Guerra do Paraguai, com estratégias simbólicas nacionalistas, emergiu de forma fragilizada

representações que não foram capazes de sustentar verdadeiramente essa ideologia na alma e no coração dos indivíduos, naquele espaço curto de durante e ao golpe do fim do Império. Algo mais concreto, que perpassasse a identidade nacional despertada no conflito.

Somados principalmente aos embates político-partidários em torno de uma luta simbólica pela representatividade envoltas no poder do imperador em busca de privilégios, e sem a articulação dos lugares de memória agregados ao evento. Esquecer a guerra para os conservadores era a melhor saída para não exaltar os generais liberais. Ademais, a consolidação de uma cultura nacional necessita de um espaço temporal maior para se solidificar, o que não passou despercebido na implantação do regime republicano, pois os novos detentores do poder usaram dos símbolos imperiais para um vínculo coletivo com o povo.

Assim, o que predominou durante o período foram identidades políticas múltiplas que se moldavam de acordo com as aspirações das relações de poder, tanto do monarca, como das elites culturais e o povo.

REFERÊNCIAS

Fontes

Biblioteca

Diário do Povo, Rio de Janeiro, 2 de jul. de 1867. BN/RJ.

Jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 2 de jul. 1872. BN/RJ.

Jornal Diário de São Paulo, São Paulo, 08 de ago. 1865. BN/RJ.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870. BN/RJ.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 10 jan. 1870. BN/RJ.

Bibliográficas

ALONSO, Angela. Escravidão de circunstância. In: *Flores, votos e balas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 51-84.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. O Constitucionalismo brasileiro na cultura política da independência: a capitania de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n.44.1, 2014. Disponível em:
<<http://revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/64>> Acesso em: 10 Out de 2017.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*: História da imprensa brasileira. 5ª ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2009.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. Tomo VI. Barcelona: Crítica, 1991.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: objetiva, 2014. v.2, p. 131-178.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239. Respostas às intervenções dos simposistas.

CAL, Modesto Guillermo Gayo. El origen de las naciones Y los nacionalismos en la obra de Anthony d. Smith y el papel de la política: Una perspectiva diacrónica. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época). n. 114, p. 251-256, octubre-diciembre de 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. Editora Contexto: São Paulo, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro de sombras*. 12 ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 2019.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudo avançados*. São Paulo, v.5, n. 11, 1991.

- CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Colóquios, publicado em 13 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>>. Acesso em: 22 de Fev. 2019.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1991.
- ELSENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 22-35, setembro/novembro 2003.
- FERNANDES, Eurico da Silva. *A “invenção” do Paraguai: história, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935)*. Maringá, 2006 (dissertação de mestrado em história). Universidade Estadual de Maringá – UEM.
- GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GONZÁLEZ LAURINO, Carolina. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Taurus: Universidad Católica, 2001.
- GUELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Editora Gradiva, 1993.
- GUERRA, François Xavier. *Modernidade e Independências: Esayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapre, 1992.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP: Moderna, 1997.
- NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O Periodismo e a Construção da Identidade Nacional Paraguaia no Decurso e no Pós – Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). *Fronteiras: Revista de História*. v.18, n. 31, p. 393 – 414, Jan. / Jun. 2016.
- QUIJADA, Mônica. Nación y territorio: la dimension simbólica del espacio em la construcción nacional argentina: Siglo XIX. *Revista de Indias*, vol LX, n. 219, 2000.

RIVAS, Ricardo Alberto. El origen de la nación y los historiadores latinoamericanos. Latino-americanos [En línea]. Cuadernos del CISH, 1(1). Disponible en:http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2491/pr.2491.pdf

SMITH, Anthony D. *Nacional Identity*. Penguin Books: England, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX, 1996.

Submetido em: 13/05/2020

Aprovado em: 22/06/2020

Publicado: 01/10/2020

* Universidade Federal de Sergipe, Brasil.